

Pró-Saúde Associação Beneficente de Assistência Social e Hospitalar Hospital Regional Público do Sudeste Dr. Geraldo Veloso - Marabá/PA

CNPJ nº 24.232.886/0073-31

Demonstrações Financeiras

Balço Patrimonial em 31 de dezembro - Em Reais				Demonstração do resultado Exercício findo em 31 de dezembro - Em Reais			
Ativo	Nota	2.017	2.016	Passivo e patrimônio líquido negativo	Nota	2.017	2.016
Circulante				Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	4	2.525.557	3.654.125	Fornecedores	8	2.598.283	3.447.733
Contas de receber	5	3.839.370	6.403.950	Honorários Médicos	9	3.008.335	2.292.584
Estoques	6	1.542.538	1.159.867	Obrigações sociais e trabalhistas	10	3.085.244	3.147.520
Outros ativos circulantes		200.810	194.941	Obrigações fiscais	11	4.128.835	5.048.105
		8.108.275	11.412.883	Partes relacionadas	12	7.944.680	8.720.190
				Receitas diferidas	13	4.217.236	4.169.004
						24.982.613	26.825.136
Não Circulante				Não Circulante			
Realizável a longo prazo				Obrigações fiscais	11	1.075.083	-
Depósitos judiciais		1.136.516	949.401	Provisão para descontinuidade	14	2.304.014	2.390.993
		1.136.516	949.401	Provisão para contingência	15	693.812	735.579
						4.072.909	3.126.572
Imobilizado	7	8.168.770	2.909.836	Patrimônio Líquido Negativo			
Intangível	7	1.736	4.790	Patrimônio social negativo		(14.674.798)	(12.228.305)
		8.170.506	2.914.626	Superpavit (déficit) dos exercícios		3.034.573	(2.446.493)
		9.307.022	3.864.027			(11.640.225)	(14.674.798)
Total do Ativo		17.415.297	15.276.910	Total do Passivo		17.415.297	15.276.910
Demonstração das mutações do patrimônio líquido negativo Exercícios findos em 31 de dezembro - Em Reais							
Patrimônio social negativo				Superávit (déficit) dos exercícios			
Em 1º de Janeiro de 2.016		(18.020.501)		Total		(12.228.305)	
Transferência		(5.792.196)					
Déficit do exercício		-					
Em 31 de Dezembro de 2.016		(23.812.697)				(2.446.493)	
Transferência		9.137.899					
Superávit do exercício		-				3.034.573	
Em 31 de Dezembro de 2.017		(14.674.798)				(11.640.225)	
Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras							
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2.017 e de 2.016. Cifras apresentadas em reais.							
<p>1. Contexto Operacional: a) Objetivos Sociais: A Pró-Saúde Associação Beneficente de Assistência Social e Hospitalar, de agora em diante denominada "a Entidade", é uma Entidade civil, de direito privado, sem fins lucrativos, filantrópica e que tem por finalidade, de acordo com seu estatuto social: I - Prestar assistência à saúde e serviços médico-hospitalares a quantos procurarem seus serviços, sem distinção de nacionalidade, raça, credo religioso, opinião política ou qualquer outra condição, tanto em regime de internação quanto ambulatorial. II - Prestar assistência social por meio de asilos, creches e outras atividades que ajudem a comunidade a se realizar. III - Desenvolver a pesquisa, tanto pura quanto aplicada, sobretudo em seus estabelecimentos, para favorecer o aperfeiçoamento das atividades da saúde. IV - Levantar a efeito atividades de saúde comunitária, com vistas à prevenção da doença, orientação sanitária e imunização. Ainda de acordo com o seu estatuto para atingir suas finalidades a Pró-Saúde desenvolverá as seguintes atividades: I - Desenvolver atividades educacionais na saúde, podendo fundar e manter escolas, faculdades e cursos em geral e franqueá-los a quem de direito os procurar, podendo inclusive conceder bolsas de estudo. II - Prestar serviços em administração hospitalar, na modalidade de assessoria e/ou consultoria técnicas, diagnóstico ou a administração propriamente dita, a Entidades congêneres ou não e também a estabelecimentos próprios ou de terceiros, públicos ou privados. III - Promover, coordenar e organizar congressos, simpósios e jornadas específicas na área da saúde. O eventual resultado das atividades remuneradas deverá ser obrigatoriamente, aplicado no desenvolvimento de suas finalidades. A Pró-Saúde prestará assistência gratuita aos que não tiverem recursos, na proporção, ao menos, que preceitua a legislação em vigor, nos estabelecimentos próprios e naqueles eventualmente aceitos em comodato ou qualquer outra forma de contratação. b) Contrato de Gestão: A Pró-Saúde Associação Beneficente de Assistência Social e Hospitalar em 03 de julho de 2006, celebrou com o Governo do Estado do Pará, contrato de Gestão para o Gerenciamento e Execução de atividades e serviços de saúde a serem desenvolvidos no Hospital Regional do Sudeste do Pará. Em Setembro de 2012, pactuou novo contrato, vigente por 05 (cinco) anos e reajustável a cada doze meses. Em 17 de setembro de 2017 a Pró-Saúde Associação Beneficente de Assistência Social e Hospitalar, pactuou com o Governo do Estado do Pará, o novo contrato de gestão nº 001/2017 dando continuidade no gerenciamento e execução de atividades e serviços de saúde a serem desenvolvidos no Hospital Regional do Sudeste do Pará por mais 60 meses. O Governo do Estado do Pará, através de sua Secretaria Especial de Estado de Proteção Social e da Secretaria Executiva de Estado de Saúde Pública, instituiu o Grupo Técnico de Controle e Avaliação da Gestão dos Hospitais Metropolitanos e Regionais, que procederá ao acompanhamento da execução do contrato e a verificação periódica do desenvolvimento das atividades e resultados obtidos pela Organização Social com a aplicação dos recursos sob sua gestão, elaborando relatório circunstanciado, cuja cópia deverá ser, inclusive, encaminhada à Assembleia Legislativa do Estado do Pará. A verificação é relativa ao cumprimento das diretrizes e metas definidas no contrato e restringir-se-á aos resultados obtidos em sua execução, através dos indicadores de desempenho estabelecidos, em confronto com as metas pactuadas e com a economicidade no desenvolvimento das respectivas atividades. As etapas do processo de avaliação do Contrato de Gestão estão divididas da seguinte forma: I - Prestação de Serviços Hospitalares (Mapa de Produção); II - Indicadores de Qualidade; e III - Prestação de Contas. O Hospital atende o objeto contratual com a implantação e operacionalização dos serviços assistenciais e de apoio necessários para uma gestão profissional. Pela análise de metas, verifica-se que todos os serviços pactuados, foram disponibilizados para a Central de Regulamentação e aos municípios de sua região de abrangência. c) Plano de ação - Contrato de gestão: A Administração da Pró-Saúde, vem implementando esforços para equilibrar as receitas e despesas do contrato de gestão firmado com o Governo do Estado do Pará. Nos últimos anos,</p>				<p>em função dos déficits recorrentes apurados, a unidade passou a apresentar capital circulante líquido e patrimônio social negativo. No exercício de 2.017 a entidade apurou superávit, entretanto, ainda insuficiente para reverter a situação patrimonial. A Administração continuará com as medidas alternativas que são: reduzir ainda mais os custos sem prejudicar os atendimentos hospitalares, e obter empréstimos financeiros com outras unidades da Pró-Saúde. 2. Base de Preparação: As demonstrações financeiras foram elaboradas com base nas práticas contábeis adotadas no Brasil, as quais abrangem a legislação societária, os pronunciamentos, as orientações e as interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e as normas emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC), em especial a Resolução CFC nº 1.409/12 que aprovou a ITG 2002, para as Entidades sem finalidade de lucros. A emissão dessas demonstrações financeiras foi autorizada pela administração em 23 de Março de 2.018. 2.1 Base de Mensuração: As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico com exceção dos instrumentos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado. 2.2 Moeda funcional e moeda de apresentação: Essas demonstrações financeiras são apresentadas em real, que é a moeda funcional da Entidade. 2.3 Uso de estimativas e julgamentos: A elaboração das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados podem divergir dessas estimativas. Estimativas e premissas são revistas de maneira contínua. Revisões com relação a estimativas contábeis são reconhecidas no período em que as estimativas são revisadas e em quaisquer períodos futuros afetados. As informações sobre incertezas de premissas e estimativas que apresentem risco significativo de resultar em ajuste material no próximo exercício financeiro e julgamentos críticos referentes às políticas contábeis adotadas que apresentam efeitos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras estão incluídos nas seguintes notas explicativas: • Nota 5 - Provisão pela não realização das receitas diferidas; • Nota 7 - Depreciação e Amortização do Imobilizado e Intangível; • Nota 14 - Provisão para descontinuidade; • Nota 15 - Provisão para contingência; 3. Resumo das Principais Práticas Contábeis: As políticas contábeis descritas em detalhes abaixo têm sido aplicadas de maneira consistente a todos os períodos apresentados nessas demonstrações financeiras. a) Ativos circulantes e não circulantes: • Caixa e equivalentes de caixa: Incluem valores em caixa, contas bancárias e investimentos de curto prazo com liquidez imediata e vencimento igual ou inferior a 90 (noventa) dias e com insignificante risco de variação no valor de mercado, sendo demonstrados pelo custo acrescido de juros auferidos. • Contas a receber de clientes: As contas a receber de clientes correspondem aos valores a receber de clientes pela prestação de serviços no curso normal das atividades da Entidade. São registradas pelo valor faturado, obedecendo ao regime contábil da competência. • Estoques: Os estoques são avaliados ao custo médio de aquisição, que não exceda o valor de realização e referem-se aos produtos de materiais médico-hospitalares, de conservação e consumo geral, higiene, lavanderia, gêneros alimentícios e medicamentos. • Imobilizado: Demonstrado pelo valor do custo de aquisição e contempla a depreciação correspondente, que é calculada pelo método linear e leva em consideração o tempo de vida útil e econômica estimado dos bens. • Intangível: Demonstrado pelo valor do custo de aquisição e contempla a amortização correspondente, que é calculada levando em consideração o tempo de vida útil e econômica estimado dos bens. b) Passivos circulantes e não circulantes: Os passivos circulantes e não circulantes são demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis acrescidos, quando aplicável dos correspondentes encargos, variações monetárias e/ou cambiais incorridas até a data do balanço patrimonial. c) Provisões: Uma provisão é reconhecida no balanço quando a Entidade possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento</p>			
Demonstração do resultado abrangente							
Exercício findo em 31 de dezembro - Em Reais							
2.017				2.016			
Superávit (Déficit) dos Exercícios				Superávit (Déficit) dos Exercícios			
3.034.573				(2.446.493)			
Outros resultados abrangentes				Outros resultados abrangentes			
-				-			
Resultado Abrangente dos Exercícios				Resultado Abrangente dos Exercícios			
3.034.573				(2.446.493)			
Demonstração dos fluxos de caixa - Método Indireto							
Exercícios findos em 31 de dezembro - Em reais							
2.017				2.016			
Fluxo de caixa das atividades operacionais							
Superávit (Déficit) dos exercícios							
3.034.573				(2.446.493)			
Ajustado por:							
Depreciação e amortização							
540.395				1.373.579			
Realização de subvenções do ativo imobilizado							
(366.496)				(366.496)			
(Reversão) constituição de provisão para contingência							
(41.767)				-			
Baixa de Ativo Imobilizado / Intangível							
20.227				2.048.614			
Superávit dos exercícios ajustado				Superávit dos exercícios ajustado			
3.186.932				609.204			
Varições nos ativos e passivos							
Contas de receber							
2.564.580				3.684.390			
Estoques							
(382.671)				(208.404)			
Outros ativos circulantes							
(5.869)				(19.998)			
Depósitos judiciais							
(187.115)				(808.766)			
Fornecedores							
(849.450)				192.921			
Honorários Médicos							
715.751				(1.099.071)			
Obrigações sociais e trabalhistas							
(62.276)				959.957			
Obrigações fiscais							
155.813				(304.914)			
Provisão para descontinuidade							
(86.979)				387.351			
Receitas diferidas							
6.898.232				(126.047)			
Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais							
5.096.948				3.266.623			
Fluxos de caixa das atividades de investimentos							
Aquisições de imobilizado e intangível							
(5.450.006)				(3.009.740)			
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimentos							
(5.450.006)				(3.009.740)			
Fluxos de caixa das atividades de investimentos							
Empréstimos tomados (pagos) - partes relacionadas							
(775.510)				1.148.496			
Caixa líquido (aplicado nas) gerado pelas atividades de investimentos							
(775.510)				1.148.496			
(Redução) aumento do caixa e equivalentes de caixa							
(1.128.568)				1.405.379			
Demonstração da (redução) aumento do caixa e equivalentes de caixa							
No início do exercício							
3.654.125				2.248.746			
No fim do exercício							
2.525.557				3.654.125			
(Redução) aumento do caixa e equivalentes de caixa				(Redução) aumento do caixa e equivalentes de caixa			
(1.128.568)				1.405.379			

passado, e é provável que em recurso econômico seja requerido para saldar a obrigação. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido. **d) Receita diferida:** As receitas diferidas de custeio ou de investimento são reconhecidas conforme NBC TG 07 - (Subvenção e Assistência Governamentais). **Receita diferida - investimento:** Inicialmente os recursos provenientes de subvenções para investimentos são registrados em contas contábeis do passivo não circulante, em contrapartida à entrada em disponibilidades vinculadas. Mediante a destinação dos recursos aos bens de capital, os valores aplicados são transferidos para conta de subvenção a realizar, redutora dos subgrupos de imobilizado ou intangível (conforme o caso). O reconhecimento da receita de subvenção de investimento no resultado ocorre proporcionalmente aos encargos de depreciação, amortização, ou de gastos atribuídos aos respectivos bens de capital em cada exercício. **e) Patrimônio social:** Composto pelos resultados obtidos ao longo do período de existência da Entidade, que não tem capital social, devido a sua natureza jurídica de associação, conforme prevê o art. 44 e seguintes do Código Civil. **f) Receitas e despesas:** O resultado das operações é apurado pelo regime de competência de

▶continuação

exercício, tendo o seu valor apurado, incorporado ao patrimônio social. **Receitas de subvenções custeio:** As receitas auferidas por subvenções correspondem à cobertura dos gastos de custeio dos respectivos objetos contratados, e são reconhecidas no resultado do exercício proporcionalmente aos gastos incorridos. **Custos e despesas:** Os custos e despesas incorridos correspondem basicamente às despesas com pessoal, o consumo de materiais e medicamentos hospitalares, serviços médicos necessários ao funcionamento da unidade hospitalar, serviços de terceiros relacionados direta ou indiretamente ao funcionamento das operações hospitalares, despesas administrativas e os custos corporativos compartilhados.

g) Instrumentos financeiros: • Ativos financeiros não derivativos: A Entidade reconhece os recebíveis e depósitos inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos financeiros (incluindo os ativos designados pelo valor justo por meio do resultado) são reconhecidos inicialmente na data da negociação na qual se torna uma das partes das disposições contratuais do instrumento. A Entidade tem os seguintes ativos financeiros não derivativos: caixa e equivalentes de caixa e contas a receber de clientes. **• Passivos financeiros não derivativos:** Todos os passivos financeiros não derivativos da Entidade são reconhecidos inicialmente na data de negociação na qual se torna uma parte das disposições contratuais do instrumento. A Entidade baixa um passivo financeiro quando tem suas obrigações contratuais retiradas, canceladas ou vencidas. A Entidade tem os seguintes passivos financeiros não derivativos: fornecedores, honorários médicos e empréstimos com partes relacionadas.

4. Caixa e Equivalentes de Caixa

Descrição	2.017	2.016
Fundo Fixo	3.000	3.000
Banco conta movimento (a)	2.522.557	328.858
Banco conta aplicação (b)	-	3.322.267
	2.525.557	3.654.125

(a) Correspondem aos saldos disponíveis em conta corrente depositadas no Banco Banpará. (b) Em 31 de dezembro de 2.016, cor-

7. Imobilizado e Intangível**a) Composição: Itens**

	2.017	2.016
Aparelhos médicos e cirúrgicos	2.601.686	2.601.686
Benefetorias	1.397.605	1.397.605
Equipto processamento de dados	418.452	418.452
Equipamento telefônico	62.445	62.445
Instalações	323.784	323.784
Instrumento de medicina e cirurgia	494.229	494.229
Máquinas e equipamentos de escritório	387.568	387.568
Máquinas e equipamentos hospitalares	2.083.320	2.083.320
Móveis e utensílios de escritório	285.742	285.742
Imobilizações em andamento *	13.449.660	13.449.660
Adiantamento a fornecedores	9.586	9.586
(-) Subvenções a realizar	(9.158.522)	(9.158.522)
Total imobilizado	12.355.555	(4.186.785)
Direitos de uso de software	243.334	(241.598)
Total intangível	243.334	(241.598)

*As imobilizações em andamento referem-se à ampliação do Hospital, através de subvenções específicas, com término previsto para 2017.

b) Movimentação

Itens	Saldo em 31/12/16	Adições	Baixas	Transferências	Depreciação e realização	Saldo em 31/12/17
Imobilizado						
Aparelhos médicos e cirúrgicos	2.601.686	-	-	(4.892)	-	2.601.686
Benefetorias	1.397.605	-	-	-	-	1.397.605
Equipamento de proc. de dados	403.717	18.671	-	(3.936)	-	418.452
Equipamento telefônico	62.445	-	-	-	-	62.445
Instalações	323.784	-	-	-	-	323.784
Instrumentos medicina e cirurgia	288.746	200.591	-	4.892	-	494.229
Máquinas e equipamentos de escritório	387.568	-	-	-	-	387.568
Máquinas e equipamentos hospitalares	2.035.576	51.988	-	(4.244)	-	2.083.320
Móveis e utensílios de escritório	231.742	46.616	(797)	8.180	-	285.742
Adiantamento a fornecedores	-	29.016	(19.430)	-	-	9.586
Imobilizações em Andamento	8.351.429	5.098.232	-	-	-	13.449.660
(-) Subvenções a realizar *	(9.525.018)	-	-	-	366.496	(9.158.522)
(-) Depreciação **	(3.649.445)	-	-	-	(537.340)	(4.186.785)
	2.909.836	5.445.113	(20.227)	-	(170.844)	8.168.770
Intangível						
Direitos de uso de software	243.335	-	-	-	-	243.334
(-) Amortizações **	(238.545)	-	-	-	(3.053)	(241.598)
	4.790	-	-	-	(3.053)	1.736
	5.445.113	-	(20.227)	-	(173.897)	5.271.216

* As subvenções a realizar referem-se a recursos públicos recebidos com destinação específica para aquisição de máquinas e equipamentos, sendo apropriada ao resultado do exercício mediante ao valor correspondente a depreciação do bem, e em 2.017 montou a R\$ 366.496. **As despesas com depreciação e amortização apuradas, conforme a vida útil dos bens, no exercício de 2017 montou a R\$ 540.395 (Em 2016 - R\$ 1.373.579). Em 2016 foi realizado inventário anual do ativo imobilizado onde constatou a necessidade de realizar ajustes que montaram a R\$ 723.164. A contrapartida foi registrada no resultado. Adicionalmente, a Administração da unidade autorizou a baixa de software de gestão adquirido em exercícios anteriores, no montante de R\$ 1.325.400, pela obsolescência.

c) Taxas de depreciação: As taxas de depreciação e amortização praticadas são:

Descrição	Taxa ao ano
Aparelhos médicos e cirúrgicos	10,0%
Benefetorias	4,0%
Equipamento de processamento de dados	20,0%
Equipamento telefônico	10,0%
Instalações	10,0%
Instrumento de medicina e cirurgia	10,0%
Máquinas e equipamentos de escritório	10,0%
Máquinas e equipamentos hospitalares	10,0%
Móveis e utensílios de escritório	10,0%
Direito de uso de software	20,0%
8. Fornecedores: Descrição	2.017
Materiais e medicamentos	1.610.305
Imobilizado	26.840
Serviços tomados de pessoa jurídica	961.137
	2.598.283
	2.016
	2.001.508
	-
	1.446.225
	3.447.733

respondia a certificado de depósitos bancários, aplicado no Banco Banpará, prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa, remunerados a taxa de 105% do CDI (Certificado de Depósito Interbancário).

5. Contas a Receber: Descrição	2.017	2.016
Secretaria Executiva de Saúde Pública - Custeio (a)	8.889.370	6.403.950
Secretaria Executiva de Saúde Pública - Investimento (b)	1.800.000	-
(-) Provisão pela não realização das receitas diferidas (c)	(6.850.000)	-
	3.839.370	6.403.950

(a) Contas a receber - Custeio: Subsequente ao encerramento do exercício social e até a data de aprovação dessas demonstrações financeiras os valores foram totalmente recebidos. **(b) Contas a receber - Investimento:** Corresponde ao 1º termo aditivo do contrato de gestão 001/2017, pactuado junto a Secretaria Executiva de Saúde Pública do Estado do Pará em 1º de outubro de 2017, para execução de obras de ampliação e aquisição de equipamentos hospitalares. **(c) Provisão pela não realização das receitas diferidas:** Corresponde aos valores celebrados através de contratos de gestão para custeio das atividades operacionais hospitalares, referente aos exercícios anteriores que dificilmente serão realizados, pois não há expectativa de recebimento financeiro, ou aplicação desses montantes nas atividades operacionais da unidade hospitalar. A contrapartida da provisão está apresentada no passivo circulante na rubrica de receitas diferidas (nota explicativa nº 13).

6. Estoques: Descrição	2.017	2.016
Fios cirúrgicos	22.028	17.516
Gases medicinais	28.734	29.783
Materiais de radiologia	30.117	24.336
Materiais hospitalares de consumo	639.961	429.332
Materiais hospitalares de reposição	98.937	114.440
Medicamentos	428.527	254.531
Demais materiais	294.234	289.929
	1.542.538	1.159.867

	2.017	2.016
Líquido	1.600.100	1.854.493
Depreciação Acumulada	(1.001.586)	(284.180)
	600.514	1.570.313
	1.113.425	1.169.329
	57.990	84.737
	23.246	29.484
	694	3.017
	295.052	115.810
	89.714	103.734
	584.748	661.162
	103.077	61.659
	13.449.660	8.351.429
	9.586	9.586
	(9.158.522)	(9.525.018)
	8.168.770	2.909.836
	1.736	4.790
	1.736	4.790

*As imobilizações em andamento referem-se à ampliação do Hospital, através de subvenções específicas, com término previsto para 2017.

9. Honorários Médicos

Itens	Saldo em 31/12/16	Adições	Baixas	Transferências	Depreciação e realização	Saldo em 31/12/17
Imobilizado						
Aparelhos médicos e cirúrgicos	2.601.686	-	-	(4.892)	-	2.601.686
Benefetorias	1.397.605	-	-	-	-	1.397.605
Equipamento de proc. de dados	403.717	18.671	-	(3.936)	-	418.452
Equipamento telefônico	62.445	-	-	-	-	62.445
Instalações	323.784	-	-	-	-	323.784
Instrumentos medicina e cirurgia	288.746	200.591	-	4.892	-	494.229
Máquinas e equipamentos de escritório	387.568	-	-	-	-	387.568
Máquinas e equipamentos hospitalares	2.035.576	51.988	-	(4.244)	-	2.083.320
Móveis e utensílios de escritório	231.742	46.616	(797)	8.180	-	285.742
Adiantamento a fornecedores	-	29.016	(19.430)	-	-	9.586
Imobilizações em Andamento	8.351.429	5.098.232	-	-	-	13.449.660
(-) Subvenções a realizar *	(9.525.018)	-	-	-	366.496	(9.158.522)
(-) Depreciação **	(3.649.445)	-	-	-	(537.340)	(4.186.785)
	2.909.836	5.445.113	(20.227)	-	(170.844)	8.168.770
Intangível						
Direitos de uso de software	243.335	-	-	-	-	243.334
(-) Amortizações **	(238.545)	-	-	-	(3.053)	(241.598)
	4.790	-	-	-	(3.053)	1.736
	5.445.113	-	(20.227)	-	(173.897)	5.271.216

* As subvenções a realizar referem-se a recursos públicos recebidos com destinação específica para aquisição de máquinas e equipamentos, sendo apropriada ao resultado do exercício mediante ao valor correspondente a depreciação do bem, e em 2.017 montou a R\$ 366.496. **As despesas com depreciação e amortização apuradas, conforme a vida útil dos bens, no exercício de 2017 montou a R\$ 540.395 (Em 2016 - R\$ 1.373.579). Em 2016 foi realizado inventário anual do ativo imobilizado onde constatou a necessidade de realizar ajustes que montaram a R\$ 723.164. A contrapartida foi registrada no resultado. Adicionalmente, a Administração da unidade autorizou a baixa de software de gestão adquirido em exercícios anteriores, no montante de R\$ 1.325.400, pela obsolescência.

c) Taxas de depreciação: As taxas de depreciação e amortização praticadas são:

Descrição	2.017	2.016
Honorários médicos pessoa jurídica	3.008.335	2.292.584
	3.008.335	2.292.584

10. Obrigações Sociais e Trabalhistas

Descrição	2.017	2.016
Salários e ordenados	990.423	817.249
Provisão para dissídio coletivo (a)	133.250	479.196
FGTS	150.989	126.763
INSS	95.449	88.462
Provisão de Férias e encargos	1.699.405	1.608.932
Outras	15.728	26.918
	3.085.244	3.147.520

(a) Provisão para dissídio coletivo: Em 31 de dezembro de 2017, corresponde ao dissídio coletivo do SINTHOSP, Sindicato dos Profissionais de Enfermagem e Técnicos, do Estado do Pará, considerando o percentual de reajuste de 2,85%, de setembro a dezembro de 2017.

11. Obrigações Fiscais: Descrição

Descrição	2.017	2.016
Imposto de renda retido na fonte	931.831	1.125.441
Imposto sobre serviços retidos na fonte	16.070	23.649
Pis, Cofins e CSLL retidos na fonte	3.055.680	3.899.015
Parcelamento tributos federais PERT - Lei 13.496/17 (a)	1.200.337	-
	5.203.918	5.048.105
Parcela a amortizar em curto prazo classificada no passivo circulante	(4.128.835)	(5.048.105)
Passivo não circulante	1.075.083	-

(a) Parcelamento Lei 13.496/17 - tributos federais: Em novembro de 2017, foi efetuada a adesão ao Programa Especial de Regularização Tributária (PERT) instituído pela Lei 13.496/17, para o parcelamento de impostos e contribuições federais. O prazo para recolhimento é de 120 (cento e vinte) meses. Os valores estão atualizados pela variação da taxa Selic e a última parcela está prevista para dezembro de 2027.

12. Partes Relacionadas: Descrição	2.017	2.016
Empréstimos entre unidades (a)	3.200.926	4.232.439
Pró-Saúde - Sede Administrativa (b)	4.743.754	4.487.751
	7.944.680	8.720.190

(a) - Empréstimos: Corresponde a empréstimos captados de outras unidades pertencentes à Pró-Saúde Associação Beneficentes de Assistência Social e Hospitalar, sem a cobrança de encargos e prazo para devolução. **(b) - Custos Corporativos Compartilhados:** Refere-se aos valores a repassar à Sede Administrativa da Pró-Saúde Associação Beneficentes de Assistência Social e Hospitalar, pela contraprestação de serviços relativo ao apoio técnico especializado, administração e processamento de informações, denominada de custo corporativo compartilhado. **13. Receitas Diferidas:** Corresponde ao saldo a realizar referente ao 2º termo aditivo do contrato 034/2012 no valor de R\$ 10.094.648 celebrado em exercícios anteriores, do 8º e 9º termo aditivo ao contrato 034/2012 no valor de R\$ 1.290.925 pactuados no exercício 2016 e de R\$ 1.416.973 no exercício de 2017, e ainda, ao 1º termo aditivo ao contrato 001/2017 no valor de R\$ 5.481.259, pactuado no exercício de 2.017 junto à Secretaria de Saúde do Estado do Pará (SESPA), com a finalidade de promover investimentos necessários à execução de obras de ampliação e aquisição de equipamentos hospitalares para a unidade. A movimentação no exercício foi a seguinte:

Descrição	2.017	2.016
Saldo inicial	4.169.004	4.295.052
(+) Subvenção para investimento	6.898.232	1.290.925
(-) Gastos com obras em andamento (ativo imobilizado)	-	(1.416.973)
(-) Provisão pela não realização das receitas diferidas (a)	(6.850.000)	-
	4.217.236	4.169.004

(a) Provisão pela não realização das receitas diferidas: Corresponde aos valores celebrados através de contratos de gestão com o Governo do Estado do Pará, para custeio das atividades operacionais da unidade hospitalar, referente aos exercícios anteriores que dificilmente serão realizados, pois não há expectativa de recebimento financeiro, ou aplicação desses montantes nas atividades operacionais. A contrapartida da provisão está apresentada no ativo circulante na rubrica de contas a receber (nota explicativa nº 5).

14. Provisão para Descontinuidade de Contrato: Os valores provisionados a título de descontinuidade das atividades correspondem à multa rescisória do FGTS de 50% sobre o valor dos depósitos nas contas vinculadas, mediante a provisão de rescisão de contrato de trabalho no encerramento do contrato de gestão. Esses custos incorridos são parte integrante dos orçamentos, reconhecidos mediante provisão e distribuídos ao longo dos períodos do contrato de gestão pactuado. A movimentação da provisão no exercício foi a seguinte:

Descrição	2.017	2.016
Saldo inicial	2.390.993	2.003.642
Adições (Nota 17 - despesa com pessoal)	199.816	496.881
Baixas por rescisões de contratos	(286.795)	(109.530)
Saldo final	2.304.014	2.390.993

15. Provisão para Contingências: A Entidade é parte em ações judiciais e processos administrativos perante tribunais e órgãos governamentais, decorrentes do curso normal de operações, envolvendo questões cíveis, trabalhistas e outros assuntos. A Administração da Entidade, com base em informações de seus assessores jurídicos, e análises das demandas judiciais pendentes, com base na experiência anterior referente às quantias reivindicadas, constituiu provisão em montante considerado suficiente para cobrir as perdas potenciais com as ações em curso. Todas as etapas processuais das ações são acompanhadas pelo Departamento Jurídico da Entidade, sendo que todos os recursos legais são utilizados no sentido de defender os interesses dela até as últimas instâncias do Poder Judiciário. A composição do valor registrado referente às contingências prováveis de perda está demonstrada a seguir:

Descrição	2.017	2.016
Trabalhistas	693.812	735.579
	693.812	735.579

No exercício de 2017, a Administração, baseada em informações de seus assessores jurídicos e análises das demandas judiciais pendentes, procedeu com a reversão parcial do saldo da provisão no montante de R\$ 41.767. **16. Receitas de Subvenções - Custeio:** As receitas com subvenções - custeios referem-se ao contrato de gestão pactuado com a Secretaria Executiva de Saúde Pública do Estado do Pará, para gestão do hospital. Os valores correspondem à cobertura dos gastos de custeio dos respectivos objetos contratados e no exercício de 2.017 montaram R\$ 58.164.977 (2.016 - R\$ 56.271.120).

17. Despesas com Pessoal: Descrição	2.017	2.016
Salários e ordenados	(9.838.410)	(9.419.251)
Insalubridade	(1.105.287)	(988.843)
Horas extras	(494.690)	(730.768)
Décimo terceiro salário	(

legais, são isentas à contribuição ao PIS/Pasep. Assim, a partir de maio de 2.017 a entidade deixou de recolher a contribuição ao PIS sobre as despesas com pessoal, bem como, passou a registrar a isenção correspondente no resultado do exercício.

18. Serviços de Terceiros: Descrição	2.017	2.016
Serviços médicos tomados de pessoa jurídica	(18.368.573)	(18.252.044)
Serviços tomados de pessoal jurídica	(3.445.290)	(5.411.343)
Serviços tomados de pessoal física	(27.514)	(25.735)
Total	(21.841.377)	(23.689.122)

19. Custo Corporativo Compartilhado: Refere-se ao custo corporativo compartilhado da Sede Administrativa, relativo ao apoio técnico especializado, administração e processamento de informações da unidade hospitalar.

20. Drogas Materiais e Medicamentos

Descrição	2.017	2.016
Dietas enteral e parenteral	(545.323)	(415.829)
Medicamentos	(1.486.140)	(1.552.140)
Ortese e prótese	(714.619)	(721.476)
Materiais de uso do paciente	(2.486.153)	(2.055.138)
Gases medicinais	(442.545)	(865.724)
Gêneros alimentícios	(823.629)	(725.435)
Materiais de limpeza e lavanderia	(460.098)	(439.020)
Peças e acessórios para reposição	(394.337)	(286.084)
Filmes Radiológicos	(154.795)	(113.656)
Materiais para Hemodiálise	(61.137)	(39.641)
Fios Cirúrgicos	(61.636)	(62.053)
Materiais de conservação, reparos e consumo diversos	(606.138)	(1.053.065)
Total	(8.236.550)	(8.329.261)

21. Instrumentos Financeiros: Os instrumentos financeiros que a Entidade possui são classificados da seguinte forma:

Descrição	2.017	2.016
Ativos		

Dom Eurico dos Santos Veloso - Presidente da Pró-saúde • **Jocelmo Pablo Mews** - Diretor Geral da Pró-Saúde • **Valdemir Fernille Girato** - Diretor Geral do Hospital **Rodrigo Fauth** - Diretor Financeiro do Hospital • **Othilio Praia Junior** - Contador do Hospital - CRC: PA-020240/O-3 • **David Martins Ferreira** - Contador Geral - CRC: 1SP 195.413/O-2 "S" - PA

Relatório dos Auditores Independentes Sobre as Demonstrações Financeiras

Aos Administradores Pró-Saúde Associação Beneficente de Assistência Social e Hospitalar - Hospital Regional Público do Sudeste Dr. Geraldo Veloso - Marabá - PA. Opinião: Examinamos as demonstrações financeiras da Pró-Saúde Associação Beneficente de Assistência Social e Hospitalar - Hospital Regional Público do Sudeste Dr. Geraldo Veloso - Marabá/PA (entidade) que compreende o balanço patrimonial, em 31 de dezembro de 2.017, e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da entidade em 31 de dezembro de 2.017, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. **Base para opinião sem ressalva:** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Entidade, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião sem ressalva. **Incerteza relevante relacionada com a continuidade operacional:** O Hospital tem apurado prejuízos operacionais constantes, fato que tornou o capital circulante líquido e o patrimônio líquido negativo. Conforme nota explicativa nº 1c, a Administração está implementando esforços no sentido de equilibrar os custos e receitas, medida que já proporcionou superávit no exercício de 2017, entretanto, ainda insuficiente para reverter a posição patrimonial negativa. Nossa opinião não contém ressalva relacionada a esse assunto. **Responsabilidade da administração e da governança pelas demonstrações financeiras:** A administração da Entidade é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Entidade continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Entidade são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras. **Responsabilidade do auditor**

Valor justo por meio do resultado		
Caixa e equivalentes de caixa	2.525.557	3.654.125
Empréstimos e recebíveis		
Contas a receber de clientes	3.839.370	6.403.950
Total	6.364.927	10.058.075

Passivos	2.017	2.016
Pelo custo amortizado		
Fornecedores	2.598.283	3.447.733
Honorários médicos	3.008.335	2.292.584
Partes relacionadas	7.944.680	8.720.190
Total	13.551.298	14.460.507

Risco de liquidez: O principal risco financeiro considerado pela Administração da Entidade é o risco de liquidez, onde a Entidade possa eventualmente encontrar dificuldades em cumprir com as obrigações associadas com seus passivos financeiros que são liquidados com pagamentos à vista ou com outro ativo financeiro. A Entidade trabalha alinhando a disponibilidade e a geração de recursos de modo a cumprir suas obrigações nos prazos acordados. **22. INSS Cota Patronal: (a) Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social:** Em 26 de setembro de 2.014, foi publicada no Diário Oficial da União a portaria 943 de 25 de setembro de 2.014 que renovou o CEBAS (Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social) da Pró-Saúde, relativo ao triênio 2.010 a 2.012. Em 28 de junho 2.012, a entidade protocolou o pedido de renovação do CEBAS (Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social) no Ministério da Saúde, relativo ao triênio 2.013 a 2.015, em cumprimento ao art. 34 da Lei 12.101/09, sendo que até a data de aprovação dessas demonstrações financeiras, ainda não foi julgado. Em 01 de agosto de 2.015 foi protocolado novo requerimento de renovação, registrado SIPAR nº 25000.100966/2015-61 o qual se encontra aguardando análise em ordem cronológica. O CEBAS esteve válido durante todo o exercício de 2.017 por determinação do art. 8º do Decreto Federal nº 8.242/14. A Pró-Saúde atende assim os requisitos constitucionais e legais referentes à

concessão e renovação do CEBAS, o que lhe reconhece a imunidade em relação aos tributos a ela referidos, principalmente a cota patronal. **(b) Apresentação da cota patronal:** A cota patronal e sua respectiva isenção estão demonstradas na nota explicativa nº 17 - Despesas com pessoal não afetando o resultado do exercício.

(c) Ganhos ou perdas e riscos potenciais: A cota patronal do INSS registrada em contas de resultado não potencializa qualquer ganho ou perda, excetuando-se a desoneração da contribuição de seus custos e despesas operacionais que lhe atribui maior eficiência no desenvolvimento de suas atividades. **23. Imunidade e Isenção Tributária:** A Pró-Saúde Associação Beneficente de Assistência Social e Hospitalar - Hospital Regional Público do Sudeste Dr. Geraldo Veloso - Marabá/PA, é uma entidade sem fins lucrativos, imune de recolhimento do imposto de renda e da contribuição social sobre o superávit, e isenta notadamente em relação à cota patronal do INSS. Com relação aos demais tributos sobre as atividades próprias, destacamos: PIS (Programa de Integração Social): A partir de maio de 2017, após decisão do Supremo Tribunal Federal, a entidade passou a ser isenta da contribuição do PIS sobre as despesas com pessoal. COFINS (Contribuição para financiamento da seguridade social): A entidade é isenta do pagamento da Cofins incidente sobre as receitas de suas atividades próprias, de acordo com as Leis nº 9.718/98 e 10.833/03. A isenção das contribuições usufruídas foram:

Descrição	2.017	2.016
Contribuição para o finan. da seguridade social (COFINS)	1.758.181	1.701.134
Contribuição patronal ao INSS	4.245.582	3.487.045
PIS sobre folha de pagamento	81.910	-
Total	6.085.673	5.188.179

24. Pacientes Atendidos: A entidade prestou serviços apenas ao S.U.S. (Sistema Unico de Saúde), atendendo assim a Lei 12.101/09 que determina o percentual mínimo de atendimento a beneficiários S.U.S em 60%, para fins de gratuidade.

pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas, não, uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. • Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Entidade. • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração. • Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Entidade. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Entidade a não mais se manter em continuidade operacional. • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos. Marabá, 23 de Março de 2.018.

LM Auditores Associados
CRC 2SP018.611/O-8

Maurício Diácoli
CRC 1SP129.562/O-5 "S" - PA

Protocolo: 296198

PETROLEO SABBA SA

Torna público que recebeu da SEMAS/PA, a Licença de Instalação - LI nº 2831/2018, válida até 11/08/2020, para atividade de Base de Distribuição de Combustíveis e Lubrificantes em Itaituba/PA, retificando a Licença de Instalação - LI nº 2772/2017.

Protocolo: 296172

A EMPRESA PIZZARIA PAULISTA EXPRESSA LTDA

CNPJ : 10.960.719/0001-28 SITUADA NA CIDADE DE BELÉM DO PARÁ, COMUNICA O EXTRAVIO DO LIVRO FISCAL DE REGISTRO DE ENTRADA Nº 05, CONFORME O BOLETIM DE OCORRÊNCIA Nº 00002/2018.104173-2 REGISTRADO EM 05/03/2018.

Protocolo: 296176

NORTE HOTELARIA S/A CNPJ Nº 05.441.787/0001-40 AVISO

Comunicamos que se encontram a disposição dos Senhores Acionistas na sede social da empresa, à Av. Governador José Malcher Nº 485, os documentos a que se refere o artigo 133 da Lei 11638/07, relativo ao exercício social encerrado em 31/12/2017. Belém-PA 28 de março de 2018. Carlos Augusto Horácio Freire - Presidente do Conselho de Administração.

Protocolo: 296180

LICENÇA DE INSTALAÇÃO - Nº 024/2018

VALIDADE: 15/03/2018 ATÉ 15/09/2018

A Secretaria Municipal de Meio Ambiente-SEMMA, no uso de suas atribuições descritas na Lei Municipal nº 8233 de 31 de Janeiro de 2003, e de acordo com o disposto na Lei nº 6938/81, que dispõe sobre a Política Nacional de Meio Ambiente. e, em consonância com a Lei Municipal Nº 8.655/08 Plano Diretor urbano de Belém-PDU, e Resolução Nº 237/97 do CONAMA em seus Art. 2º §1º e § 2º e Parágrafo único e Art. 6º Expede a presente LICENÇA DE INSTALAÇÃO que autoriza a: EMPRESA. ALVES E LOURENÇO LTDA - ME. CNPJ:04.187.306/0001-50 ENDEREÇO: TRAVESSA 9 DE JANEIRO Nº 1706 - ALTOS MUNICÍPIO DE BELÉM. BAIRRO SÃO BRÁS ESTADO: PARÁ. CEP:66.063-260 TELEFONE: (91)-98123-2241 PROCESSO Nº 384/2013, EMPREENDIMENTO: "GARDEN VILLE RESIDENCIAL".ATIVIDADE: CONSTRUÇÃO DE CONDOMÍNIO MULTIFAMILIAR VERTICAL ÁREA:10.694,53 M² ENDEREÇO: RODOVIA MARIO COVAS S/N ENTRE RODOVIA TRANSCOQUEIRO E PASSAGEM SUELY COQUEIRO. PORTE: D-POTENCIAL POLUIDOR:II.

Belém, 15 de março de 2018.

REGINALDO CÉSAR SANCHES DA SILVA

Depto. De Controle Ambiental - Diretor

CARLOS FABRÍCIO CRECENTE DIAS

Secretaria Municipal de Meio Ambiente - Secretário

Protocolo: 296182

Roda Viva Distribuidora de Derivados de Petróleo Ltda

CNPJ nº 03.560.854/0001-10, situada na Rod. PA 256 KM 12, S/N, Paragominas/PA, torna público que requereu à SEMAS/PA Renovação da L.O nº 10793/2017 para a atividade de Terminal Transportador Retalhista - TRR.

Protocolo: 296186

IBEPAR PARTICIPAÇÕES LTDA

Torna público que requereu junto a SEMMA/STM, Licença Prévia - LP e Licença de Instalação - LI sob protocolo nº 302/2018, para construção de Instalação Portuária em Santarém/PA.

Protocolo: 296171

CONTAINERES DE VILA DO CONDE S/A

Torna público que recebeu da SEMAS-PA a Licença de Operação nº 11044/2018, válida até 01/03/2022 para a operação de um Terminal Logístico de Cargas Gerais e Perigosas, situada à Rodovia PA km 21 - Vila do Conde, Barcarena, PA.

Protocolo: 296175

Fênix Comercio de Gêneros Alimentícios LTDA ME

CNPJ: 01.814.070/0001-46, localizada Avenida Belém, 233, Centro, torna público que requereu à SEMASA - Breu Branco, a Licença de Operação para a atividade de Comercio Varejista de Mercadorias em Geral, com predominância de Produtos alimentícios - supermercados.

Protocolo: 296179